



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

30 de novembro

de 2021

PRIMEIRA CRUZ - MPMA recomenda estruturação de Conselho Tutelar

A Promotoria de Justiça de Humberto de Campos encaminhou, em 25 de novembro, ao prefeito de Primeira Cruz (termo judiciário), Ronílson Silva, Recomendação solicitando tomada de medidas para garantir o funcionamento adequado do Conselho Tutelar do município.

No documento, a promotora de justiça Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima, requer que o Município viabilize, em 30 dias, uma sede para o órgão, desvinculada dos órgãos municipais, com o objetivo de assegurar condições de acessibilidade e privacidade.

O prédio deve ser identificado por uma placa. Até a entrega deste, deve ser disponibilizada uma sala para o órgão.

Segundo a representante do **Ministério Público** do Maranhão, o Conselho Tutelar de Primeira Cruz está funcionando sem a adequada estrutura. Não possui sede própria nem infraestrutura para permitir atendimento digno. Não tem condições de atender denúncias porque seus membros não podem se locomover e se comunicar com órgãos locais, estaduais e nacionais.

"O órgão também não possui veículo automotivo exclusivo, kit de equipamentos da Secretaria de **Direitos Humanos**, pessoal de apoio, mobiliário, livros, estudos, pesquisas sobre os principais temas ligados à defesa de direitos de crianças e adolescentes, material de consumo, impressora, telefone fixo, fax, dentre outros", relata Maria do Nascimento Lima, na Recomendação.

A sede deve possuir recepção, três salas reservadas (atendimento, reunião dos conselheiros e serviços administrativos), banheiro, cozinha, escrivaninhas e cadeiras. Um auxiliar administrativo e um auxiliar de serviços gerais devem prestar serviços no conselho.

Devem, ainda, ser disponibilizados linha telefônica fixa exclusiva e cinco celulares exclusivos com créditos suficientes para os conselheiros.

O prazo máximo para o atendimento destas solicitações é 45 dias.

No mesmo período, devem ser adquiridos e instalados

cinco computadores e uma impressora, preferencialmente, multifuncional.

OUTROS PEDIDOS

Uma assistente social e uma psicóloga, com carga horária mínima de 20 horas, devem prestar assessoramento técnico aos conselheiros na elaboração de entrevistas, relatórios etc A promotoria de justiça também solicita o fornecimento de veículo exclusivo com motorista e material de expediente. O pagamento da remuneração dos conselheiros tem que ser feito até o décimo dia do mês subsequente.

Uma proposta orçamentária prevendo recursos para o funcionamento do Conselho Tutelar deve ser encaminhada pela administração municipal à Câmara de Vereadores.

As medidas tomadas pelo Município para atender aos pedidos da Recomendação devem ser informadas ao **Ministério Público**.

O descumprimento das solicitações levará à tomada de medidas judiciais cabíveis.

(CCOM-**MPMA**)

Site:

<https://oprogresonet.com/centraldocliente/verpdf/8WXCcRV=x9Xt9yLSmpTbIDetNLn66wLpeLmLn9L>

Simpósio sobre Sistema de Justiça Militar é concluído

A programação do simpósio foi concluída na última sexta-feira, 26, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, com a conferência "A Justiça Militar e **Segurança Pública** no Estado Democrático de Direito", ministrada pelo vice-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Em sua apresentação, o ministro abordou a história da justiça militar no Brasil. O primeiro tribunal militar foi criado em 1808. Em 1891, foi criado o Supremo Tribunal Militar, integrando o Poder Executivo.

Com a Constituição de 1934, o tribunal passou a integrar o Poder Judiciário e permanece desta forma até os dias atuais. A mudança na nomenclatura ocorreu em 1946 quando o órgão teve o nome alterado para Superior Tribunal Militar. "Funciona ininterruptamente desde 1808", destacou o ministro Péricles Queiroz.

Ele explicou que o Brasil possui uma das poucas justiças militares do mundo que integram o Poder Judiciário. "Na maioria dos países, as justiças militares são consideradas justiças administrativas, ou seja, cortes marciais. A brasileira é diferente porque é integrada ao sistema nacional de justiça, dentro do Poder Judiciário", esclareceu o ministro do STM.

No evento, foi prestada homenagem, in memoriam, ao juiz corregedor da auditoria da Justiça Militar da União, Célio Lobão. A homenagem foi recebida por Juliana Lobão, neta do ex-magistrado.

Do **MPMA**, estiveram presentes a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite; Paulo Roberto Barbosa Ramos (**promotor de justiça** Militar da Comarca de São Luís) e Elyjeane Alves Carvalho (integrante da Escola Superior).

SEGURANÇA NACIONAL

O debate da mesa de trabalho "Forças Armadas, Segurança Nacional e Cidadania" foi coordenado pela promotora de justiça do Controle Externo da Atividade Policial, Márcia Haydée Porto de Carvalho.

O general do Exército João Roberto Gobert apresentou o tema "A defesa da foz do Rio Amazonas:

a concepção estratégica de emprego da força terrestre para a região". O Brigadeiro do Ar, Luiz Guilherme Magarão, abordou o tema "Segurança nacional na Amazônia: o papel da Força Aérea Brasileira". Já o Capitão de Mar e Guerra, Alekson Barbosa Porto, debateu o tema "A importância da Marinha para a defesa das riquezas da Amazônia".

Site: <https://omaranhense.com/simposio-sobre-sistema-de-justica-militar-e-concluido/>